

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2015:** *Aos dezasseis dias do mês de abril do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. António Isidro Marques Figueiredo, Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Helder Martinho Valente Simões, Dra. Ana Maria de Jesus Silva e Dra. Inês Dias Lamego.*** =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 15h e 10m.* =====

===== *Não esteve presente na reunião o Vereador **Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira**, por motivos profissionais, tendo sido substituído pela sua Colega de Partido **Dra. Inês Dias Lamego.*** =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Bom dia, durante o dia de hoje decorre no nosso município a 7.ª Convenção Anual da REDE RSO PT - Rede Nacional de Responsabilidade Social das Organizações. Esta REDE RSO PT continua a assumir como missão prioritária dinamizar atividades de promoção e implementação da Responsabilidade Social em Portugal, incentivando atitudes em prol do desenvolvimento sustentável. A Senhora Vereadora Gracinda Leal solicitou que, neste caso concreto, eu próprio pudesse estar na abertura da Convenção e estar durante a manhã a acompanhar os trabalhos, trabalhos que decorrem durante todo o dia. Por isso, pedir desculpa pela alteração do horário da reunião de Câmara, das habituais 09h30 para às 15h. Dar também nota que ainda ontem reuni com o responsável das empreitadas, que já veio do período de férias que estava a gozar, para falar sobre as denúncias entregues pelo Senhor Vereador Joaquim Jorge e pedi-lhe para se ultimar todas as informações até à próxima reunião de Câmara, que será no final do mês. Temos aqui a Arqt.ª Filomena Farinhas, para explicar o projeto do Cine-Teatro Caracas, a pedido de esclarecimentos pelos nossos Vereadores do Partido Socialista que solicitaram*

alguma informação sobre o projeto de requalificação do Cine-Teatro Caracas. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal para fazer a introdução ao assunto: Bom dia. Já tínhamos feito algumas reuniões, foi elaborado um estudo interno na Câmara Municipal, depois esse estudo foi apreciado pela Direção Geral das Atividades Culturais, que deu também alguns contributos e nós fomos reformulando e chegou ao que a Arqt.^a Filomena Farinhas irá apresentar, com alguns pressupostos. Primeiro, era acautelar o maior número de lugares possíveis para a sala, no sentido de que a nível do município a sala com maior número de lugares fosse aquela, portanto, nós não queremos reduzir drasticamente o número de lugares. Queremos, por outro lado, e por imposição de dar resposta às questões de segurança do edifício uma vez que foi construído já há mais de trinta e cinco anos e não reúne as condições de segurança em vigor, portanto, também permitir uma outra saída e uma outra entrada para as cargas e descargas de material que é necessário para o espetáculo. Dar condições mais confortáveis à sala, portanto, uma climatização mais adequada e também uma intervenção nesse sentido nos camarins. Também uma parte técnica dos serviços administrativos, elétrica, casa de banho, por forma a nós dentro daquele edifício podermos realmente apresentar uma remodelação que responda às condições de conforto, mas também às condições de segurança. Para isso também a questão do palco, que é uma das exigências da Direção Geral das Atividades Culturais, também irá aumentar a sua profundidade, também incluir uma cortina de ferro ou de água por causa das questões dos incêndios, mas a Arqt.^a fará melhor do que eu esse esboço. É dentro destes pressupostos que o estudo está feito, que a Arqt.^a pode começar a apresentar. O Vereador Dr. Ricardo Tavares disse: A Dra. Gracinda disse praticamente tudo, só posso acrescentar que estamos na fase ainda da elaboração de um estudo prévio de arquitetura. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Arqt.^a Filomena Farinhas que disse: O estudo prévio está executado, a fase seguinte é a execução do projeto de execução e para isso é preciso contratar valências que a câmara não dispõe, são as especialidades específicas de um projeto desta natureza. O Senhor Presidente acrescentou: eu ia também dar essa nota, aliás como eu tinha dito na última reunião, tinha dito precisamente isso, que havia algumas matérias de especialidade que nós não tínhamos tendo em conta a requalificação que nós vamos fazer num espaço daqueles e que tínhamos necessidade de contratar e que ainda não o tínhamos feito e julgo que se calhar a partir de hoje pode ser o passo seguinte. Depois há aqui uma outra perspetiva, se me permitem, que é o ponto de vista do enquadramento financeiro, ou seja, o financiamento de infraestruturas físicas de carácter cultural, salas de espetáculo, foram vedadas taxativamente no overbooking, ou seja, era proibido candidatar salas de espetáculos, cineteatros ao overbooking. No QREN não havia janela, haverá seguramente num aviso que segundo as últimas indicações vindas da CCDRN estará aberto a partir de junho e, portanto, o que eu acho é que hoje podemos decidir, passar para a fase seguinte do ponto de vista das adjudicações, do ponto de vista das especialidades, para ver se temos tudo pronto para podermos entrar no primeiro aviso. Eu acho que era muito importante no primeiro aviso candidatarmos esta infraestrutura, porque como sabem nestas

coisas ir à frente ajuda, ser dos primeiros ajuda sempre alguma coisa, não resolve mas ajuda. Se nós tivermos tudo pronto para ir ao primeiro aviso julgo que era interessante tendo em conta os prazos de decisão do Novo Portugal 2020, que agora há uma obrigatoriedade de decidir sessenta dias depois do fecho do aviso, o que significa que nós ainda temos condições de entrar em obra ainda este ano, obra física, nas minhas contas, não querendo naturalmente estar aqui a queimar prazos, nem a alimentar expectativas. A Arqt.^a Filomena Farinhas fez uma breve apresentação do projeto do Cine-Teatro Caracas: A Dra. Gracinda já disse todas as alterações que vão ser promovidas, concertadas com o IGAC. Nós estivemos em concertação com o IGAC, desde 2011 até 2013, em função da imposição que eles tinham de redução do número de lugares, face às condições de segurança e à idade do edifício; conseguimos concertar um número simpático, até 500 lugares sentados, incluindo já os lugares necessários para as pessoas com mobilidade reduzida, cadeiras que têm de ser distribuídas pela sala e a distribuição delas pela sala também foi previamente concertada com o IGAC. Há uma redução de uma fila de lugares sentados que decorre da necessidade de ampliação da área de palco, para que o palco tenha as dimensões mínimas para podermos integrar arede de espetáculos nacionais e eles poderem circular e poderem utilizar as instalações do Cine-Teatro Caracas. Basicamente, as alterações que vão ser introduzidas do ponto de vista estrutural não são muito significativas, mas vai haver alterações do ponto de vista das saídas de emergência e nisso eles fazem questão a que haja alterações na localização das saídas de emergência, porque hoje estão a sair todas para a avenida, todas as saídas de emergência estão a ser canalizadas no sentido de uma única via de acesso e uma vez que o edifício tem duas frentes, eles fazem questão a que haja saídas para as duas vias. Isso implica a utilização deste espaço que hoje só dá acesso à garagem e, portanto, é um espaço de circulação interna, basicamente só o backoffice pode utilizar estas escadas que numa saída de emergência quem sai da sala entra no foyer e do foyer pode ir ou para a saída normal, a que estamos habituados ou então socorrer-se desta escada para poder sair para a rua. Do ponto de vista das saídas de emergência, esta é a grande alteração que neste momento era algo muito reservado e que vai continuar a ser reservado, a não ser em situações de pânico ou de casos de incêndio e então essa porta tem de ser disponibilizada. Isso implica que as obras que foram aqui feitas de localização de instalações sanitárias tenham que ser removidas, porque constituem um obstáculo ao recurso a esta caixa de escadas. Quais são os principais constrangimentos à conclusão deste projeto de execução? Ainda que a arquitetura esteja estabilizada e esteja concertada com o parecer favorável do IGAC, as especialidades neste tipo de equipamentos não são especialidades simples, eles necessitam de áreas técnicas cujo dimensionamento é em função da legislação em vigor, portanto, essas áreas vão variando face aos requisitos que são necessários. Relativamente à parte acústica, que é uma parte importante, eu posso ter a necessidade de ter paredes mais espessas, porque vou provavelmente ter revestimentos de condicionamento acústico associado às paredes que tenho hoje e nós já deixamos estas coxias suficientemente largas no sentido de que se houver necessidade específica de ter aqueles revestimentos em madeira ou embolados, depois esse estudo é que vai determinar

qual será o melhor acabamento, não seja necessário mais tarde estar a rever novamente a composição e a distribuição dos lugares para não estar a precisar de ir ao IGAC. Portanto, há um conjunto de especialidades que têm de ser contratadas, estamos a falar de técnicos de luz e som, por exemplo, estamos a falar de uma componente térmica que não é exatamente igual a um edifício de habitação porque o comportamento da sala é completamente distinto; estamos a falar de uma componente acústica, que na habitação basta que não ultrapasse o nível de incomodidade, aqui temos de ver como é que é feita a propagação dos sons, se em todos os pontos da sala ele é recebido da mesma maneira e estamos também a falar ainda de uma questão que do ponto de vista estrutural é importante que é como é que vamos conciliar toda a cabulagem que eventualmente seja necessária dessas infraestruturas pelo sistema da cobertura, porque o sistema de cobertura que nós temos hoje em dia é um sistema que não tem resistência suficiente para podermos ter peças presas e cabulagens presas a esse mesmo sistema. Portanto, nós vamos ter que dimensionar essas infraestruturas para em função desse peso que seja necessário agarrar ao teto, redimensionar também o cálculo da cobertura e da estrutura dessa cobertura. Do ponto de vista do funcionamento do edifício, nós não vamos deitar abaixo o edifício, não vamos construir um novo, vamos aproveitar toda a estrutura que existe, a maior parte dos espaços que estão destinados vão continuar destinados aos mesmos usos, tirando a questão das casas de banho que vão ter que ser refeitas noutra sítio. E depois há uma questão de requalificação e conforto dos espaços já existentes, nomeadamente dos camarins e dos espaços de acesso às áreas técnicas, àquela cabine que existe no andar de cima, que é onde tem os projetores e todo o equipamento que depois vai ter que ser colocado. Este estudo, do ponto de vista da arquitetura, tem o parecer favorável do IGAC. É possível que possam existir pequenos acertos nestas áreas em função do que sejam os requisitos técnicos de cada uma destas especialidades, ou eventualmente em função do possam vir a ser os requisitos de candidatura destas possibilidades de financiamento, porque às vezes isto acontece. Pode ser que eles tenham um requisito qualquer, ou de eficiência energética, ou de outra coisa qualquer que seja importante acautelar para se obter o financiamento. A Vereadora Dra. Ana de Jesus perguntou: Eu queria perceber se aquela área em cima, que esteve afeto durante algum tempo a um café, se ela se mantém na mesma proporção e qual é o efeito útil que se pretende dar àquela área. A Arqt.^a Filomena Farinhas esclareceu: Em princípio, o que está previsto é que seja um espaço de estar, de foyer superior, porque as pessoas podem sair por aquela zona. Não está previsto no projeto um bar, está prevista uma área de arrecadação aproveitando a arrecadação que já existe na parte de trás desse bar, até porque pode haver a necessidade de colocar cadeiras complementares ou coisas desse género e depois dependendo do modelo de gestão deste equipamento requalificado, se num evento particular for necessário ter uma empresa de catering a servir alguma coisa, essa área tem dimensão suficiente para poder acolher esse tipo de atividade. Não está previsto nenhum tipo de execução de cozinhas, copas, balcões, cafés, nada disso. É um espaço amplo, de foyer, que pode ser utilizado de diversas maneiras e em função dos eventos que possam lá vir a ser praticados. A Vereadora Dra. Ana de Jesus questionou:

Então está previsto o acesso à mobilidade reduzida a esse andar? A Arqt.^a Filomena Farinhas respondeu: Claro que sim, tem de ser. Há um elevador que é comum. A questão da mobilidade reduzida nos equipamentos não é só de acesso ao público mas é também para quem lá trabalha, é todo o edifício, nós podemos ter pessoas a trabalhar diariamente ou convidadas que venham a este edifício e precisem de aceder à cabine técnica, que precisem de aceder a outras partes ou aos camarins e essa acessibilidade tem de estar assegurada. A Vereadora Ana de Jesus questionou: Tem uma ideia de quanto é que custa esta alteração? A Arqt.^a Filomena Farinhas respondeu: Para já, sem as especialidades, não. Do ponto de vista estrutural não há nada, é abrir duas portas, não é uma coisa que até necessite de financiamento, mas do ponto de vista das especialidades térmicas, som, acústica, isso é que vai encarecer. A intervenção na cobertura vai depender das cargas, do peso que essas infraestruturas possam acautelar. A garagem mantém-se como garagem. Se mais tarde a Câmara quiser abrir esse espaço de garagem para os utentes dos eventos ou de quem vai aceder, ou vai visitar, ou vai a um determinado evento, esse é uma questão de gestão, desde que o uso não se altere e que não tenha que ter requisitos especiais por causa da alteração do uso, eu vou fazer a gestão do imóvel como bem entender, pode ser uma garagem privativa, pode ser uma garagem de uso coletivo. O Vereador Eng.^a Joaquim Jorge fez a seguinte intervenção: Senhora Arqt.^a eu estava à espera de um projeto reconheço que substancialmente diferente deste. Basicamente o que aqui temos é uma reorganização do espaço. Objetivamente o que eu estava à espera era que o projeto de arquitetura fosse pensado numa perspetiva impactante para toda aquela zona e para toda aquela envolvente, que inclusive se debruçasse sobre a envolvente do espaço. Não é possível potenciar uma casa de cultura, seja onde for, sem potenciarmos a sua envolvente, sabe isso melhor do que eu. E, portanto, não percebo como é que nós estamos a olhar unicamente para paredes e não estamos preocupados com a envolvente, que na minha opinião é determinante e, por exemplo, equacionarmos a possibilidade de estendermos o Cine-Teatro Caracas para cima de um terreno que está lá há anos e criar ali algumas condições de envolvência, não estou a dizer com mais construção física, mas eventualmente com outro tipo de respostas, e a Senhora Arqt.^a especialista saberá melhor do que eu com a sua criatividade dizer o que é que poderíamos fazer, de forma a que potenciássemos a envolvência daquele espaço. Porquê? Eu percebo que é difícil quantificar os investimentos que são necessários fazer, mas sem querer ser grosseiro, que é a nossa casa de espetáculos, basicamente nada se aproveita daquilo que lá está a não ser as paredes. O que é que eu quero dizer com isto? Quero dizer que nós temos uma zona de atendimento, uma bilheteira, completamente desatualizada; os camarins apesar de terem sofrido de obras de melhoramento profundas continuam a não ser adequados se calhar para a rede nacional de espetáculos que queremos que sirva a agenda cultural do Cine-Teatro; temos também problemas ao nível da climatização, a própria cobertura vai ser intervencionada porque tem problemas de infiltração e eu percebi que juntando a esses problemas de infiltração alguns problemas de sustentabilidade, porque depende do equipamento que lá vamos colocar. A questão acústica poderá também ter algum impacto no projeto de arquitetura, embora tenha

havidado essa preocupação, mas concerteza que é uma parte relevante a acústica, a luz, o som e a climatização, são tudo componentes que obrigam a alterações profundas naquilo que nós temos e no próprio desenho do palco que provavelmente não será só aumentado, será redesenhado, será reequacionado, tudo isso. Digamos que muito pouco será aproveitado e, portanto, teríamos aqui talvez uma oportunidade de esquecendo aquilo do que hoje é o edifício podermos pensar em remodelá-lo para que ele tivesse respostas para o futuro, nomeadamente ao nível da sua dinamização do interior. Porquê? Porque eu gostaria que este investimento, por isso é que eu fiz esta introdução, que vai ser avultado, é um investimento de muitas centenas de milhares de euros para não falar de outro tipo de verbas, depende do que quisermos fazer obviamente ao nível de luz e som, ao nível da acústica, das condições térmicas, da climatização, etc., mas é um investimento avultado sem dúvida nenhuma, temos de mudar todas as cadeiras, temos de mudar tudo. Mas eu gostaria que este espaço tivesse vida para além dos espetáculos que lá se realizam, ou seja, que nós tivéssemos a possibilidade de o pensar na perspectiva de ele acomodar outro tipo de vivências que lhe dessem um uso diário, uma utilização diária e não uma utilização ao fim-de-semana. Nessa perspectiva, embora tenha percebido que há uma openspace que poderá dar resposta para as iniciativas que lá queríamos fazer, embora essa openspace se faça num piso superior e quando as coisas estão num piso superior não são tão cativantes, não chamam tanto as pessoas, o que é um facto é que se calhar poderíamos ter que ter pensado na envolvência interna e também na envolvência externa que é absolutamente fundamental. E isto para ir ao encontro daquilo que foi dito, porque apesar de nós estarmos a reduzir substancialmente o número de lugares sentados e a redução é mesmo substancial, estamos a falar de quase 30%, o que é um facto é que quando temos estes espetáculos com sucesso, com muita gente e é muito difícil estacionar e é muito difícil estacionar na envolvente. Nós temos ali um problema seríssimo de estacionamento. Não estou a dizer que esse problema de estacionamento demova as pessoas de irem ao espetáculo, é evidente que as pessoas vão ao espetáculo mesmo que tenham de andar cem, duzentos ou trezentos metros a pé, mas é desconfortável quando está a chover e, portanto, seria interessante que nós tivéssemos, embora reconheça que não é fácil para casas de espetáculo situadas nos centros das cidades onde os terrenos são escassos, termos esse tipo de possibilidade. Mas ali até temos algumas possibilidades e criar alguns apontamentos, infelizmente com algumas coisas que hoje estão disponíveis e criar ali alguma resposta que pudesse acomodar, nem que fosse uma resposta paga, não interessa, mas que pudesse acomodar alguns dos carros e permitir que se resolvesse muitos dos problemas de estacionamento. A questão da envolvência externa, eu acho que também deve merecer a nossa preocupação, é muito importante, embora eu acredite que todas as questões relacionadas com os cidadãos com mobilidade reduzida estejam acauteladas, mas julgo que a envolvência externa deveria ser alvo de tratamento, ser acarinhada. Porquê? Para que esta casa de espetáculo viva para fora das suas paredes e não se limite a ter vida interna. O Senhor Presidente disse: Dar só duas ou três notas que eu julgo que são importantes nesta fase da discussão. Nós temos que perceber o contexto em que estamos inseridos e a sala de

espetáculos que estamos a falar. Uma coisa é decidir meter uma bomba no Caracas, aterrar o Caracas e fazer uma sala de espetáculos nova e julgo que não é isso que está nas nossas intenções. Depois dizer que quem utiliza a sala do ponto de vista do espetáculo, não são os promotores, mas quem canta, quem dança, quem faz teatro, o que nos dizem e dizem a vocês naturalmente é que a mexer na sala mexam o menos possível na sala. Ainda não ouvi ninguém a dizer para colocar o edifício abaixo, porque dizem que a sala tem características únicas e quem diz isso são artistas de renome internacional, nomeadamente a questão da acústica e da sala. O Vereador Joaquim Jorge falou num conjunto de problemas e de questões que vão naturalmente mexer, não estamos a falar de um reastiling simples. Quando o projeto for finalmente apresentado, quando tiver as especialidades todas e quando estiver pronto a ser candidatado a fundos estruturais, aí o Senhor Vereador terá oportunidade de perceber o que é que vai ser feito do ponto de vista do som, do ponto de vista da luz, da régie, neste momento se o Senhor Vereador num espetáculo de maior dimensão se perceber a régie é uma coisa que não está fechada, é um espaço na tribuna, é um espaço o promotor do espetáculo tudo o que é o controlo do espetáculo e aí terão que ser criadas condições. Há ainda a possibilidade de criar ali um novo espaço de camarotes, se é que isso potencia, por exemplo, a receita do ponto de vista da venda e da criação de espaços. São tudo coisas que ainda estão em aberto e naturalmente quando passarmos à fase de especialidade e eu espero passar o mais tardar na próxima semana poder tratar da adjudicação de um conjunto de especialidades para podermos ter então o projeto de execução e aí sim aprová-lo, porque tem que ser aprovado em reunião de câmara. Eu acho que um espaço destes merece receber os contributos de todos, sem exceção, ser partilhado com todos, sempre numa perspectiva construtiva. E aquilo que nós queremos é uma boa sala, ninguém tem dúvida. O Senhor Vereador colocou um ponto, eu acho que de alguma forma tendo em conta até as circunstâncias socioeconómicas que estamos a viver, o que está a falar da utilização do terreno atrás, o dono do terreno pode pensar que tem ali uma coisa fabulosa e dizer “O Caracas há-de crescer e eles não de mo comprar e eu hei-de cobrar o que quiser”, mas entre o terreno e o Caracas ainda há uma casa de habitação, não sei se está habitada ou não mas está lá. Estas coisas são complicadas. Depois há uma outra situação e que é a seguinte: nós não podemos, com todo o respeito e respeito naturalmente opiniões diferentes mas isto até tem muito a ver com as questões que nós temos em cima da mesa, com os novos fundos comunitários. Todos temos a ambição de ter uma sala para mil lugares, para setecentos, oitocentos lugares, mas depois a maior parte do tempo a sala não enche, enche três, quatro ou cinco vezes por ano, isso acontece em muitas salas de espetáculos, salas que consoante o número de lugares e o espaço da sala os custos de manutenção aumentam exponencialmente em relação a uma sala pequena. Depois há uma outra matéria, sobre o número de lugares, que eu queria deixar à reflexão de todos, é que nós também temos que olhar para a tipologia do aviso dos fundos comunitários, porque muitas vezes os regulamentos apontam para números, ou mais ou menos, e o financiamento depende muito do número de lugares disponíveis, há vários itens e um deles às vezes é o número de lugares. Eu gostava que aqui também houvesse alguma flexibilidade para

podermos ter alguma agilidade do ponto de vista da execução do projeto. Os camarins sofreram obras de requalificação bastante interessantes, sendo certo que não se mudou a caixilharia, mudou-se tudo ou quase tudo e não se mudou a caixilharia. Nós estamos a falar de uma sala que queremos otimizar, que queremos requalificar, não queremos deitá-la abaixo, porque a sala tem coisas únicas. Temos de olhar para a questão da segurança e da comodidade dos utilizadores do espaço, não é só dos artistas, temos de pensar em quem paga e compra bilhete. Eu agradeço as sugestões e preocupações que o Vereador Eng.º Joaquim Jorge deixou e naturalmente que tomamos boa nota disso. O Caracas não está aberto só durante os espetáculos, tem um conjunto de iniciativas durante a semana. O café que tinha teve de deixar de existir por questões de segurança. O Vereador Eng.º Joaquim Jorge disse: Precisamente porque isto não é um reastiling, pretende-se que seja uma intervenção profunda no espaço, o que eu estava a querer dizer é que este espaço deve ser pensado na perspetiva de dar outro tipo de respostas. É evidente que uma sala com quinhentos lugares é uma sala generosa, olhando para o espaço se calhar precisamos que ela de vez em quando só tenha duzentos e não tenha quinhentos. Temos que criar aqui um conjunto de soluções. Apesar de ser um espaço generoso, às vezes é generoso demais para aquelas que são as necessidades que depois em termos também daquilo que é o conforto do espetáculo, aquele sentido estético do espetáculo, perde-se e, portanto, esse tipo de soluções têm que ser previstas já em fase de arquitetura, porque depois são extremamente difíceis de implementar numa fase posterior. Porquê? Porque depois vão ter impacto com quem estuda a acústica, com quem estuda a parte térmica, com quem estuda a luz e som, etc.. Portanto, se nós queremos uma sala como ela está, ampla, para enfiar lá quinhentas pessoas, para ter um palco com mais dois ou três metros que o IGAC obriga e não queremos mais nada do que isto, então estamos a falar de um reastiling, se queremos transformar esta sala de espetáculos numa sala de espetáculos com respostas modernas temos de pegar numa perspetiva de cumprir meramente aquilo que somos obrigados a cumprir, mas potenciar isto como uma envolvência interna e com uma envolvência externa. É evidente que o Senhor Presidente da Câmara diz que tem lá uma casa, que tem lá um terreno, que tem lá um poste elétrico e que tem lá uma vedação então não fazemos nada em Oliveira de Azeméis, porque infelizmente este tipo de realidade nós temos em todo o lado. Agora nós temos é que perceber se faz sentido pensar nisso, se faz sentido debruçarmo-nos sobre isso, se não faz sentido rigorosamente nenhum, se nos devemos confinar a isto que aqui está ou se é possível requalificar todo aquele quarteirão, aproveitando a oportunidade de requalificar este espaço. Aquelas duas ruas são as duas ruas mais importantes de Oliveira de Azeméis, têm como sabem coisas que não são propriamente interessantes, nomeadamente o Centro Coordenador de Transportes e ali um conjunto de apontamentos que podíamos aproveitar para resolver e esta é uma oportunidade e por isso é que falei na possibilidade de nós criarmos alguma envolvência ao espaço. É só nessa perspetiva. A Arqt.ª Filomena Farinhas esclareceu: Dar uma nota sobre o que foram os dois anos de conversação com o IGAC. O IGAC sabia que havia uma intenção municipal de outrora em expandir o Caracas para os terrenos atrás até à outra rua e com base nesse conhecimento dessa

intenção, dessa vontade, o IGAC tinha a ideia de que se ia deitar abaixo o que havia e se ia fazer uma nova sala de espetáculos com um outro tipo de oferta cultural, com um outro tipo de oferta de espaços associados à sala de espetáculos e estamos a falar, por exemplo, eles perguntaram-nos se nós íamos ter uma sala de ensaios, para as bandas, para a componente musical ou para a componente de teatro, se essa sala de ensaios ia ser meramente restrita, de uso restrito ou se podia ter uma outra componente de gestão mais aberta ao público e quando lhes foi transmitido que neste momento face ao que o município podia acolher e poderia disponibilizar a nível financeiro, se calhar a solução passaria apenas por manter todo o edifício, toda a estrutura do edifício, toda a gestão desses espaços. As áreas não crescem e como as áreas não crescem e já estão confinadas pelas paredes que lá existem e pela estrutura que lá existe, há um conjunto de valências novas do ponto de vista cultural que para serem lá promovidas têm de ser promovidas de uma forma adaptada, tem de ter alguma capacidade de encaixe e utilizar um foyer que está no piso de cima, efetivamente porque ele não pode ser no piso de baixo. A ideia que foi avançada no início que é que toda a sala de espetáculos deixasse de estar com acesso superior e que se pegasse na sala de espetáculos e se movesse para os terrenos, da forma como a sala é inclinada aproveitávamos o desnível do terreno, teríamos as saídas de emergência facilitadas para as duas ruas e para uma terceira no meio. Isso chegou a ser discutido, não foram dois anos à espera que alguém dissesse alguma coisa e que alguém fizesse alguma coisa. Muitas coisas foram discutidas. O que é preciso saber para quem vai fazer o projeto de execução e para quem vai apresentar um determinado projeto com um orçamento, com medições, com calendarização de obra, é se temos disponibilidade ou não de ocupar esse espaço e se temos disponibilidade ou não de deitar tudo abaixo e de fazer uma sala de espetáculos nova com outras valências. O que nos foi transmitido enquanto projetistas foi de que não haveria neste momento disponibilidade para fazer isso e, portanto, o espaço está a ser remodelado, aproveitando ao máximo as condições estruturais que ele tem, aproveitando ao máximo toda a circulação vertical ou horizontal que já lá está implementada para reduzir os custos nessa mesma requalificação e ao fim ao cabo para que as obras de requalificação possam ser feitas em termos de execução de obra em três, quatro ou cinco meses, e não estar um ano e tal à espera de fazer toda a demolição, de fazer toda a escavação, porque estes edifícios demoram tempo a ser construídos de raiz. Do ponto de vista da requalificação do exterior, esta área está inserida na área da reabilitação urbana da cidade e, portanto, a requalificação do exterior tem que ser uma requalificação pensada não só nas imediações mais próximas do Cine-Teatro Caracas mas tem de ser pensado do ponto de vista do que é o centro da cidade e como é que a distribuição de trânsito pode ser feita, como é que a distribuição dos lugares de estacionamento pode ser feita, onde é que pode ficar a localização dos espaços de estacionamento não só para o Caracas mas para todo o conjunto de equipamentos e serviços que existem distribuídos na cidade. Creio eu que, em princípio, foi por isso que se optou por uma operação de reabilitação urbana sistemática, em que há investimento público na requalificação exterior de toda essa área. Seria muito mais simples e confortável para o

município escolher uma operação de reabilitação urbana simples, em que o município diz “eu não faço investimento público nenhum na zona, só estamos a dar oportunidades aos particulares de ir buscar benefícios fiscais que estão previstos na lei se quiserem reabilitar os seus edifícios”. O Vereador Dr. Ricardo Tavares fez a seguinte intervenção: Nós já sabemos que este projeto respeita o que a entidade licenciadora exige para aprovar e para nós nos podermos candidatar. É claro que se houver outras condições que nos permitam de alguma forma obter financiamento para requalificar principalmente o espaço exterior, quer ao nível de equipamentos culturais, quer até ao nível da reabilitação urbana que eu penso que em termos de timing de candidaturas devem andar nos primeiros avisos próximos. Claro que o espaço exterior não está necessariamente dependente, pode ser um espaço complementar para este equipamento, pode servir de apoio para este equipamento, mas não impede que em termos de arquitetura do próprio equipamento e das valências que ele pode gerar, é claro que esta questão de poder ter um bar de apoio isso pode perfeitamente equacionar-se perfeitamente dentro do espaço existente e estas valências de eventualmente de haver espaços para espetáculos para 200 pessoas ou 500 pessoas penso que isso não está quartado aqui neste projeto definido e não está fechado. Estas sugestões são interessantes e que estão em cima da mesa, claro que isso tudo compatibilizado com os projetos de especialidades e até por imposição legal têm que ser aplicados. Esta discussão é importante para nós junto dos projetistas dos projetos de especialidades termos este debate com eles para gerar ali um espaço que seja do maior agrado de todas as pessoas. Não estão fechadas muitas das questões que foram aqui colocadas, o benefício da envolvente poderá gerar também uma mais-valia para todo o equipamento é uma situação que está em aberto com um outro tipo de candidaturas a que a Câmara se possa candidatar. O Senhor Presidente esclareceu: À medida que houver desenvolvimentos deste processo, se calhar é melhor vir aqui à reunião de Câmara, para ouvir sugestões e para depois ser mais fácil quando vier o projeto final e não seja preciso mais tempo para estudar. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Inês Lamego que fez a seguinte intervenção: Eu trazia aqui o alerta de uma questão que já foi levantada pelo Vereador Helder simões, não sei em que reunião mas julgo que terá já mais de dois meses, e que tem a ver com aquelas chapas que rodeiam um terreno da Rua Frei Caetano Brandão. Tem lá uma série de chapas caídas, tanto quanto sei ainda não foi reposta aquela situação e aquilo é realmente muito perigoso, porque o terreno fica desprotegido para quem lá passa e existe também a questão dos passeios, existem as guias mas os passeios continuam em terra. Por uma questão de cuidado com as pessoas. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que interveio da seguinte forma: Eu queria fazer referência a algumas iniciativas que foram levadas a cabo e que no meu entender são bastantes significativas. Eu começava por referir o dia 07 de abril, onde houve uma iniciativa no pavilhão municipal que serviu para sensibilizar ainda mais a nossa população sénior para três temáticas importantes, uma vez que no dia 06 se comemorava o Dia Mundial da Atividade Física, no dia 07 o Dia mundial da Saúde e o no dia 08 o Dia Mundial da Luta Contra o Cancro. Fizemos uma

jornada, quer prática de atividade física, quer também de sensibilização para mudança de comportamentos. Juntamos cerca de quinhentos seniores. No dia 09 de abril, também na Biblioteca Municipal, houve uma iniciativa interessante, desta área também da Saúde, que foi a apresentação dos resultados do nosso Agrupamento de Centros de Saúde de Oliveira de Azeméis, em que foram comunicados à comunidade os ganhos em saúde e o desempenho no ano de 2014. No dia 10 de abril, tivemos a II edição do programa de dança, o “Aqui há Dança”, desta vez em Ul, e pela segunda vez nós constatamos o interesse da população sénior para esta modalidade, que é a dança. Nesse dia à noite tivemos uma iniciativa integrada no nosso plano evocativo da Grande Guerra, uma conferência que foi uma grande lição de história dada pelo Prof. Catedrático da Academia Militar de Lisboa, o Prof. Dr. António José Telo, sobre “Erros e Ilusões do Contingente Português”, foi um momento de história e de visão de uma pessoa que investiga e que estuda este acontecimento que foi a Grande Guerra. Ele tem várias publicações e foi deveras interessante. No dia 12 de abril, a CERCIAZ comemorou o 20.º aniversário da construção da piscina coberta, a primeira no município, portanto, também aqui deixar uma referência a esta instituição que já naquela altura se preocupava com a comunidade. Hoje na biblioteca está a decorrer a 7.ª Convenção da Rede Nacional da Responsabilidade Social das Organizações, uma jornada bastante concorrida e que também teve um papel importante de divulgar o que se faz também de bem aqui em Oliveira de Azeméis e divulgar o nosso município. A ocorrer, queria referir amanhã a Entrega do Prémio de Fotografia Fernando Paúl, naquele espaço do Caracas, no foyer da tribuna e nós nesta fase estamos a denominar aquele espaço de intervenção cultural, quer para os serviços da Câmara, aqueles que entenderem realizar lá determinadas ações, mas também usá-lo para pequenas exposições, pequenos momentos musicais. O prémio de fotografia será entregue amanhã, às 18h, nesse espaço. À noite, na biblioteca, temos mais uma iniciativa do Rotary Clube de Oliveira de Azeméis, na área da saúde com uma conferência denominada “Perturbações do Espectro do Autismo”, com o Prof. Lobo Antunes, que será uma interessante atividade para quem quer saber mais sobre o autismo. Nesse dia também começa o 1.º Festival de Guitarra, promovido pela nossa Academia de Música, onde vamos ter entre nós duas pessoas muito importantes na área da guitarra. Este festival inclui dois concertos, um em Cucujães e outro aqui no auditório da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis. Também dizer-vos que as inscrições para o festival já estão esgotadas, tivemos uma boa adesão e agora esperamos que a comunidade também participe nos dois concertos. No sábado, vamos ter às 16h30, a apresentação de mais um livro de Flávio Capuleto “Amar não é pecado” e à noite no Cine-Teatro Caracas um espetáculo musical pela Mónica Ferraz. No dia 20 de abril, também na biblioteca, mais uma atividade do TIME, do CLDS+, “À mesa com...” e desta feita com o associativismo. Estarão presentes pessoas ligadas às associações, em diversas áreas, cultural, social e desportivo, será um interessante espaço de debate e reflexão sobre esta dinâmica que nos é tão cara aqui no município e que nós também queremos de alguma forma capacitar as nossas associações. No dia 24 de abril, no Cine-Teatro Caracas, teremos um espetáculo musical de Canto de Intervenção, uma forma também de assinalarmos a efeméride

do 25 de abril e no próprio dia teremos o hastear das bandeiras. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Senhor Presidente, não é uma intervenção, não se prende com mais nada exceto com a alteração da reunião para hoje à tarde. O Senhor deu a sua justificação, à qual eu também sou sensível, mas sei que o Senhor acha que nós somos uns fundamentalistas da legalidade, mas a minha intervenção não tem a ver com a legalidade destas coisas, tem a ver com o facto de provavelmente o Executivo já saber na segunda-feira de manhã de que a reunião ia acontecer hoje à tarde. Portanto, o que eu queria por uma questão de organização da nossa vida, porque da mesma forma que vocês querem estar nesta reunião eu quero estar e é minha obrigação estar. Já na altura quando foi mudado o dia da reunião de terça para quinta eu já alertado para esta situação, porque tinha coisas já agendadas em função desse dia, portanto, toda a nossa vida está programada nesse sentido. Eu para estar aqui, tive de pedir alterações de outras coisas e envolver outras pessoas. Se calhar um simples telefonema, por uma questão de respeito também para connosco, acho eu, que era segunda-feira de manhã telefonar a um de nós a dizer que iam alterar a hora para nós podermos de certa forma organizarmos as nossas vidas e podermos cumprir com a nossa obrigação que é estar aqui nas reuniões. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que fez a seguinte intervenção: Senhor Presidente, algumas questões muito rápidas. A Dra. Gracinda Leal acabou de falar num conjunto de dinâmicas para o Caracas que vão para além de uma sala de espetáculos, digamos assim, e para além daquilo que são os espetáculos programados, portanto, objetivamente era isso que estávamos a falar, em vez de termos uma sala de espetáculos termos uma casa da cultura, um espaço cultural. Nós estivemos ambos presentes na apresentação pública dos resultados dos ACES, a Senhora Vereadora já o disse, como é evidente foram prestadas contas publicamente pelo Senhor Diretor Executivo sobre os cuidados de saúde e naquilo que são as suas competências que são prestadas à população oliveirense. E de facto mais relevante, obviamente que para além dos aspetos relacionados com a gestão interna do ACES, são importantes para todos nós que estamos a falar da gestão dos serviços públicos de saúde, é o facto de nós termos um número de utentes sem médico de família que é praticamente residual e digamos que esse aspeto é um aspeto extremamente importante, extremamente relevante e estou convencido, aliás de acordo com aquilo que foi dito, muito rapidamente caminharemos para a totalidade dos utentes com médico de família atribuído que é muito importante para a saúde da nossa população. Outra questão, tem a ver com a Rua da Lomba e da Espinheira, tinha dado instruções aos serviços para que eles fizessem os respetivos projetos, ver se conseguimos avançar com isto antes do verão, portanto, pedia que o Senhor Presidente nos informasse do seu ponto de situação. Uma outra questão tem a ver também com a Wuhan Industries, julgo que o Senhor Eng.º Carlos Teixeira já deverá ter vindo da China, perceber como é que está a situação, para quando é que está previsto o arranque das obras, o que é que efetivamente está a acontecer para que todos fiquemos tranquilos. Um outro registo, congratular-me, congratulamo-nos todos como é óbvio, pelo arranque das obras na Feira dos Onze. É importante requalificarmos aquele espaço, que é um

espaço central e que é um espaço que tem história no nosso concelho e que é importante que seja devolvida a dignidade que ele merece. Uma outra questão, tem a ver com a Fundação Alegria, este prédio arrasta-se anos após anos, perceber o que é que a Câmara quer fazer em relação a isto, se vamos pelo menos obrigar o proprietário a colocar uma faixa em frente àquilo e vedar os acessos, criar condições de segurança no espaço, porque efetivamente é algo que perturba a nossa zona histórica. Há que tomar medidas, não vamos passar o mandato sem fazer rigorosamente nada em relação àquele espaço. Estou convencido que tem havido contatos regulares com o investidor, mas é importante que se perceba o que ele pretende fazer, porque isto está a eternizar-se e a manter-se ali indefinidamente. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Pedro Marques que disse: Dizer que mais uma vez os nossos produtos gastronómicos, neste caso a Cerveja Vadia trouxe para Oliveira de Azeméis duas medalhas do 6.º Concurso Internacional de Cervejas, realizado em Lyon, França e neste casa a medalha de ouro para a Cerveja Rubi e a medalha de prata para a Cerveja Loira. Temos que nos orgulhar desta cerveja ter a sua produção na nossa terra. Dizer que foi com enorme satisfação também que vimos reconhecidos um projeto de quatro jovens no Azeméis Youth Business, projeto denominado UP Pão de Ul para Portugal, projeto de quatro meninas de Loureiro e Ul, mais uma vez as mulheres ganham este prémio, mais uma vez jovens oliveirenses apostam em produtos locais e pela segunda vez consecutiva em produtos gastronómicos. Espero que de facto que elas nos ajudem a implementar alguns projetos que nós temos em curso na área do Pão de Ul. Dizer-vos também que foi com enorme satisfação e sucesso que visitei a Feira Internacional de Culinária no Centro de Congresso do Estoril, onde o Turismo de Oliveira de Azeméis esteve presente, muito bem representado e reconhecidamente também os nossos produtos estiveram ao mais alto nível nessa mostra e espero repetir essa experiência. Dizer-vos também que vai continuar a presença de Macedo de Cavaleiros na nossa Loja Interativa de Turismo, amanhã pelas 16h temos a presença a Confraria do Mel e do Javali, conjugado com o nosso Pão de Ul e que será uma iguaria de deuses. Vão estar até dia 25 de abril na nossa loja, é uma boa interação, nós depois também estaremos em Macedo de Cavaleiros numa data a acordar, mas é mais uma das medidas que nós temos adotado de parceria e de interação entre os municípios amigos e não só, mas da região norte. Por último, a UDO é sempre motivo de satisfação, está a ter êxito nas modalidades do hóquei em patins e do basquetebol. Estamos satisfeitos, o desporto em Oliveira de Azeméis tem de facto crescido com solidez. Vem aí a semana académica, a Queima das Fitas, espero que mais uma vez seja um momento alto na vida dos estudantes. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: Só uma questão muito rápida e até em sequência de uma informação que vi agora mesmo, que tem a ver com uma dúvida, vi ontem umas fotografias do Prof. Isidro em Berlim, juntamente com a Eng.ª Ândrea Ferreira e o Senhor João Xará, e eu gostava de saber a que título este senhor foi a Berlim e em que funções. Gostava de perceber em que enquadramento é que esta visita tem a necessidade desta pessoa estar lá. O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: Tenho aqui uma informação relativamente ao visto do Tribunal de Contas do

Business Center, chegou ontem, tivemos uma peripécia contratual que nos deu algum trabalho, lembram-se que a Habitâmega tinha ficado em primeiro lugar, depois tivemos de esperar aqueles dias todos quando sabíamos que o desfecho ia ser este. Vejam bem, e tentando não perder um minuto sequer, só ontem é que chegou o visto do Tribunal de Contas por uma coisa que todos nós percebemos à partida que ia acontecer, mas também não demorou muito tempo no Tribunal de Contas, ou seja, a culpa não é do Tribunal de Contas, a culpa é dos prazos que existem para apresentar isto e apresentar aquilo. Chegou ontem e neste momento não temos nada pendente no Tribunal de Contas, as refeições também vieram, veio o Centro de Interpretação do Vidro e veio também o Business Center. Gostava de propor à Câmara Municipal um voto de congratulação ao nosso mais recente Comendador, ao Prof. Dr. Jorge Gonçalves, que pertenceu à Reitoria da Universidade do Porto, é Prof. Dr. na Faculdade de Farmácia, é de Carregosa e foi esta semana distinguido como Comendador da Ordem de Instrução pelo Senhor Presidente da República. Julgo que se associam a este voto. Ainda no período de antes da ordem do dia, queria colocar à Vereadora Gracinda Leal uma questão, penso que se esqueceu de falar disso, eu ontem fui contactado pelo Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses Dr. Manuel Machado, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, para eu lhe poder dar alguma informação sobre o funcionamento da CPCJ e a saída dos técnicos do Instituto da Segurança Social e, portanto, eu não tive a oportunidade de lhe perguntar ontem e aproveito a reunião de Câmara se nos poder dar alguma informação. A Associação Nacional de Municípios foi confrontada com um conjunto de municípios que explicaram que as CPCJ de alguns locais estavam a ter dificuldades em cumprir a sua missão por saída ou retirada de técnicos da segurança social. Se pudesse, Senhora Vereadora dar alguma informação sobre esta matéria para eu transmitir ao Senhor Presidente da Associação, porque ele estava a fazer um levantamento. A Vereadora Dra. Gracinda Leal esclareceu: A nossa Comissão de Crianças e Jovens, há semelhança do que aconteceu a outras, viu numa primeira fase o reforço técnico contratado e assegurado pela Segurança Social reduzido para meio tempo. Tínhamos lá na primeira instância a tempo inteiro, depois esse reforço técnico começou a dar apoio a uma outra comissão e inesperadamente sem sermos ouvidos foi-nos retirado o reforço técnico. Em reunião que tivemos na comissão, na modalidade alargada, foi também aprovado a elaboração de um texto a ser enviado a várias instâncias, aqui às locais e também a nível do nacional, não sei se chegou à Associação Nacional de Municípios. No texto mostramos o desagrado por esta medida que põe em causa o trabalho das comissões. As situações que vão-me chegando é que a complexidade está a aumentar das situações, por exemplo as entidades sinalizadoras agora em maior parte são os estabelecimentos de ensino, mas a problemática mais sinalizadas no último ano foi a violência doméstica o que não era habitual. Isto demonstra que a nossa sociedade está a evoluir para coisas que nós não estamos preparados e as comissões fazem um esforço hercúleo para conseguir alcançar alguns resultados e alguns objetivos incluindo estas pessoas. Transcrição do texto: “Ex.mos/as Senhores/as, Vimos por este meio dar-lhes a conhecer a deliberação tomada em reunião da Comissão na

Modalidade Alargada da CPCJ de Oliveira de Azeméis, realizada a 13 de fevereiro de 2015. Vinte anos de trabalho na promoção dos direitos e na proteção das crianças e jovens residentes no concelho de Oliveira de Azeméis – esta é a nossa história, que com certeza em nada difere da história das restantes Comissões do país. Um trabalho, cuja eficácia muito dependeu e depende do profissionalismo dos/as técnicos/as, do acompanhamento e formação da Comissão Nacional e da decisão governativa de colocar um/a técnico/a de reforço a tempo inteiro na nossa Comissão. É de reconhecimento unânime que o trabalho deste/a técnico/a foi fundamental numa análise mais rápida do diagnóstico e numa intervenção mais eficaz. A decisão de reduzir em metade o tempo de permanência deste/ técnico/a de reforço na Comissão, já foi vista por todos nós com preocupação, nunca imaginando que o processo terminasse com a sua retirada. A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira de Azeméis decidiu expor o seu desacordo e desconforto no processo de retirada do/a referido/a técnico/a, revelador de insensibilidade pelas pessoas e crianças afetadas pelo mesmo. Vem assim esta Comissão apelar para que a Tutela reconsidere a sua decisão e volte a colocar os/as técnicos/as de reforço nas Comissões. O regime jurídico do Dec. Lei n.º 147/99 de 1 de setembro assenta na parceria entre Comunidade e Estado na proteção das crianças. A Comunidade continua empenhada nesse trabalho, esperamos que o Estado não se demita daquela que é em primeira linha sua função. Sabemos que não estamos isolados neste apelo, sabemos que esta necessidade é sentida por todas as Comissões, sabemos o que as crianças do nosso país esperam de nós, por isso apelamos a V. Exas que sejam repostos os/as técnicos/as de reforço nas Comissões. A Comissão Alargada da CPCJ de Oliveira de Azeméis.”O Senhor Presidente continuou a prestar esclarecimentos às questões colocadas: Senhora Vereadora Dra. Inês Lamego, o proprietário já foi notificado, o que o Senhor Vice-presidente me acabou de informar é que se o proprietário não responder à nossa notificação obriga-nos a intervir de outra maneira. Para além das questões que colocou, é uma entrada da cidade e para além das questões de segurança há também as questões de estética, ou seja, aquilo está feio. O que pode vir a acontecer é termos de intervir e depois apresentarmos a conta, o problema é que se o proprietário agora não responde às notificações quando nós apresentarmos a conta então é que não responde, estamos a falar de alguém que não é de cá. À Senhora Vereadora Ana de Jesus dizer-lhe o seguinte: A mudança da reunião para a tarde e ter sido em cima da hora tem uma justificação. Nós fizemos convites a Membros do Governo para estarem presentes hoje na RSO e eu próprio participei num painel por, confesso aqui, ausência de outros oradores e eu tive que estar presente toda a manhã, foi essa a razão de alteração da hora. E chamo também a atenção que estou com um problema no dia 30, limite máximo para se fazerem as Assembleias Gerais de que a Câmara Municipal faz parte, eu neste momento tenho cinco ou seis convocatórias para o dia 30 onde a Câmara Municipal faz parte. Essa a ser alterada tem que ser com tempo e com anúncio, porque é pública. Nós nesse dia também temos a Assembleia Municipal. Eu não quero dizer que não vai ser nesse dia, porque eu quero fazer nessa dia e na hora normal e ainda mais porque é uma reunião pública. Depois de estas coisas todas, há um conjunto de organizações que estão a

reunir para resolver o problema do fechar as candidaturas para o Pacto que o Portugal 2020 pede agora aos Territórios, que é depois uma coisa que tem que ser aprovada pelo Conselho Metropolitano. Logo que tenha o calendário partilho convosco até pela sequência daquilo que a Dra. Ana de Jesus acabou de dizer. A questão da Rua da Lomba e da Espinheira, aliás fui contactado por uma munícipe no aniversário das piscinas da CERCIAZ, que perguntou para quando a requalificação da Rua da Lomba e eu expliquei-lhe que isso era falado com frequência e que já devia estar resolvido mas que estávamos à espera dos serviços para podermos fazer essa intervenção. A Wuhan Industries tivemos uma reunião marcada com Eng.º Carlos Teixeira para o dia 09 de abril, que me pediu na véspera para não fazer a reunião no dia 09 de abril e não marcou ainda a reunião esta semana. Eu já pedi ao Senhor Vice-presidente que tem um contato privilegiado com o Eng.º Carlos Teixeira para o fazer, para podermos na próxima reunião termos mais informações sobre essa matéria. Quanto à questão da Fundação Alegria, a última conversa que eu tive com o Prof. Carlos Alegria, e ele sendo um expert na busca de fundos comunitários, eu acho que ele está à espera de um aviso do Portugal 2020 para arranjar forma de requalificação. Vai haver muitos recursos financeiros para a regeneração urbana para privados, acho que essa questão é que está neste momento a “embarrar” a coisa. Quanto à Feira dos Onze, a obra está em curso, está a decorrer a bom ritmo mas precisa também ali de alguns ajustamentos ainda, para podermos fazer ali uma coisa bem-feita. Duas notas sobre a intervenção do Senhor Vereador Pedro Marques e o facto de Oliveira de Azeméis ser Terra de Culinária, é muito importante, às vezes damos importância que damos a estas matérias, mas só para vocês perceberem o foco na área turística do norte. Neste momento está a ser trabalhado com a CCDRN e com o Turismo do Porto e Norte de Portugal a gastronomia como fator distintivo relativamente a outras ofertas turísticas de outros destinos no nosso país, ou seja, gastronomia inclui o Vinho do Porto, o Douro, mas também pratos gastronómicos. O objetivo que a CCDRN vai anunciar dentro de alguns dias é triplicar o número de restaurantes com Estrela Michelin na região Norte, ou seja, incentivar, criar e fomentar os privados, despertar os privados para a questão da gastronomia, porque se olharem o Algarve tem uma predominância grande sobre isso, o Estoril, Cascais e Lisboa e, portanto, o Norte apostar muito até porque tem uma gastronomia única. E dizer-vos que esta partilha de sabores e de experiências com outros municípios, como está a acontecer com Macedo de Cavaleiros, está a criar alguma dinâmica que é interessante e vai seguramente dar bons resultados. Quanto à questão que o Senhor Vereador Helder Simões colocou pedia ao Senhor Vereador Isidro Figueiredo para prestar esclarecimentos. O Vereador Dr. Isidro Figueiredo esclareceu: Em primeiro lugar, eu gostava de dizer que o Município de Oliveira de Azeméis participa como parceiro no projeto Happy Home Wallet, que é coordenado pelo nosso parceiro italiano, com um conjunto de municípios e que tem o apoio da Comunidade Europeia a 100% relativamente ao desenvolvimento do projeto que tem a ver com a política europeia do combate ao desperdício dentro da área ambiental, das boas práticas de evitar o desperdício e de recuperar algumas tradições antes da crise, isto vem no contexto da crise, de se reaproveitar os diferentes produtos que temos em casa. É sobretudo

virado para esta área. Evidentemente que desenvolve um conjunto de atividades, que tem a ver com a formação, com workshops internacionais. Já agora gostava de esclarecer que o projeto é financiado com base em viagens, portanto, nós para recebermos o dinheiro temos de fazer as viagens para participar no projeto, contatar com novas realidades, com as realidades dos parceiros e o financiamento é em função desse número de viagens. É financiado para o staff, para formadores e para formandos. No caso do João Xará, ele tem ajudado voluntariamente em algumas atividades e também vai desenvolver atividades relacionadas com a preparação de novos projetos internacionais, foi nesse âmbito que ele foi escolhido para ir. =====

===== **ORDEM DO DIA (ARTº 87º)** =====

===== **DESPACHOS PROFERIDOS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS E/OU SUBDELEGADAS:** Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro o Senhor Presidente e os Vereadores com competências delegadas e/ou subdelegadas, informaram a Câmara Municipal dos despachos proferidos no âmbito daquele instituto, no período compreendido entre os dias dois e quinze do corrente mês, despachos esses exarados nos documentos que integram os respetivos procedimentos administrativos e que constam das relações que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== **APROVAÇÃO DE ATAS:** O Senhor Presidente colocou à votação as atas número 42 e 44, as quais foram aprovadas por maioria, com a abstenção da Vereadora Dra. Inês Lamego, que não esteve presente nas referidas reuniões. =====

===== **ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO** =====

===== **RATIFICAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO COM A AMA I.P. (AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA) (I/29851/2015):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: "Considerando que: 1) Cabe à AMA, I.P., (Agência para a Modernização Administração), nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 43/2013, de 23 de Fevereiro, "gerir e desenvolver redes de Lojas para os cidadãos e empresas, em sistema de balcões multisserviços, integrados e especializados, articulando com outros canais de distribuição" e "promover a modernização da prestação e distribuição de serviços públicos orientados para a satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas"; 2) A AMA, I.P. e o Município de Oliveira de Azeméis têm interesse em colaborar no lançamento de projetos que, tirando proveito das potencialidades das tecnologias de informação e comunicação, contribuam para a modernização da Administração Pública, em particular na vertente de relacionamento

com o cidadão; 3) Os Espaços do Cidadão se integram numa ótica de partilha de recursos, destinada à prestação de diversos tipos de serviço de atendimento ao público, criando sinergias entre a Administração Central e Local no sentido da prossecução de políticas concertadas em prol do interesse público e dos residentes no concelho; 4) O presente protocolo tem por objeto definir as regras para a instalação e funcionamento de Espaços do Cidadão e o seu respetivo funcionamento no concelho de Oliveira de Azeméis, proponho: A ratificação do protocolo de colaboração celebrado entre a Agência para a Modernização Administrativa (AMA I.P.) e o Município de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ratificando e convalidando os atos entretanto praticados, ao abrigo do art.º 164º do Código do Procedimento Administrativo.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **DIREÇÃO DO PROCEDIMENTO – NOVO C.P.A. – DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS AO ABRIGO DO D.L. N.º 310/2002, DE 18.12 (E POSTERIORES ALTERAÇÕES) (I/30243/2015):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que com a publicação e vigência do D.L. n.º 310/2002, de 18.12 (alterado e republicado pelo D.L. n.º 204/2012, de 29.08 e posteriores alterações), designadamente com as alterações decorrentes da Lei n.º 75/2013, de 12.09, foram conferidas à Câmara Municipal competências em matéria de licenciamento e fiscalização das diversas atividades de que o diploma se ocupa, mais concretamente: guarda noturno, realização de acampamentos ocasionais, exploração de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão; - Que ao abrigo do art.º 3º, a Câmara Municipal em reunião de 24 de outubro de 2013, delegou essas competências no seu Presidente, com possibilidade de subdelegação, nos Vereadores e Dirigentes dos serviços; - O estatuído no novo Código de Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7.01, em matéria de delegação do poder de direção do procedimento; - A Administração Pública deve pautar-se por critérios de Eficiência, Economicidade, Celeridade, de modo a aproximar os serviços das populações e de forma não burocratizada (art.º 5º do novo C.P.A.); - O Princípio da Adequação Procedimental e do Inquisitório, bem como o dever de celeridade consagrados no art.ºs 56º e 58º e 59º do referido diploma; - Que no órgão colegial, a delegação do poder de direção do procedimento é conferida a membro do órgão ou a agente dele dependente (44º a 46º e nº 4 do art.º 55º do novo CPA), propõe-se: Ao abrigo e em conformidade com as citadas disposições legais, que a Câmara Municipal delegue no seu Presidente, com possibilidade de subdelegação, o poder de direção do procedimento, no âmbito do Licenciamento do exercício das seguintes atividades: guarda noturno; realização de acampamentos ocasionais; registo da atividade exploração de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão; realização de fogueiras e queimadas, com efeitos à data da entrada em vigor do novo C.P.A., sem prejuízo das delegações legais concretizadas por força da lei e da celebração de Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia/Uniões de Freguesia, com efeitos à data da entrada em vigor do

novo C.P.A., ratificando e convalidando os atos entretanto praticados ao abrigo do art.º 164º do mesmo.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **DIREÇÃO DO PROCEDIMENTO – NOVO C.P.A. – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE, COM PODERES PARA**

SUBDELEGAR (I/30260/2015): Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As deliberações da Câmara Municipal, que delegou no seu Presidente, com possibilidade de subdelegação: a) de 24 de outubro de 2013 - as competências previstas no art.º 33º do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (com a exceção das matérias nele previstas), e as competências no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação previstas no Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de Dezembro (e posteriores alterações e republicações), por força do art.º 5º, designadamente de concessão de Licença, concessão de Autorização e de aprovação de Informação prévia); b) de 22 de maio de 2014 - as competências em matéria de Defesa da Floresta (DL 124/2006, de 28.06- n.º2 do art.º 29ª); - O estatuído no novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, em matéria de delegação do poder de direção do procedimento (art.º 55ª); - A Administração Pública deve pautar-se por critérios de Eficiência, Economicidade, Celeridade, de modo a aproximar os serviços das populações e de forma não burocratizada (art.º 5º do novo C.P.A.); - O Princípio da Adequação procedimental e do Inquisitório, bem como o dever de celeridade consagrados no artºs 56º e 58º e 59º do referido diploma; - Que no órgão colegial a delegação do poder de direção do procedimento é conferida a membro do órgão ou a agente dele dependente (nº 4 do art.º 55º do CPA); - Que a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro exclui, também expressamente, a possibilidade de delegação de algumas das competências que identifica no seu art.º 34º do Anexo I, propõe-se: Como princípio orientador geral, de forma a garantir os princípios da Eficiência, Economicidade, Celeridade e de modo a aproximar os serviços das populações e de forma não burocratizada, e ao abrigo e em conformidade com as citadas disposições legais, que a Câmara Municipal delegue no seu Presidente, o poder de direção do procedimento, no âmbito das competências previstas no art.º 33º do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (com a exceção das matérias nele previstas), e as competências no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação previstas no Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de Dezembro (e posteriores alterações e republicações), por força do art.º 5º, designadamente de concessão de Licença, concessão de Autorização e de aprovação de Informação prévia, as competências em matéria de Defesa da Floresta (DL 124/2006, de 28.06- n.º2 do art.º 29ª), com possibilidade de subdelegação ao abrigo do art.º 46 do C.P.A, sem prejuízo e salvaguarda dos procedimentos e fase de instrução previstos em regimes especiais, designadamente no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Licenciamento Zero, Licenciamento de Ocupação do domínio público, Licenciamento de Publicidade, entre outros, ratificando e convalidando os atos praticados, ao

abrigo do art.º 164º do C.P.A., e com efeitos à data da entrada em vigor do mesmo.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **DIREÇÃO DO PROCEDIMENTO – NOVO C.P.A. – DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE DA CÂMARA (AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS) (I/30258/2015):**

Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A deliberação da Câmara Municipal de 24 de outubro de 2013, que delegou no Presidente, com possibilidade de subdelegação, as competências que o CCP lhe atribui até ao valor limite de € 748 196,85 (setecentos e quarenta e oito mil cento e noventa e seis euros e oitenta e cinco cêntimos), nos termos e condições e atos compreendidos para a realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como empreitadas de obras públicas; - O estatuído no novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, em matéria de delegação do poder de direção do procedimento (art.º 55º); - A Administração Pública deve pautar-se por critérios de Eficiência, Economicidade, Celeridade, de modo a aproximar os serviços das populações e de forma não burocratizada (art.º 5º do novo C.P.A.); - O Princípio da Adequação procedimental e do Inquisitório, bem como o dever de celeridade consagrados no art.ºs 56º e 58º e 59º do referido diploma; - Que no órgão colegial a delegação do poder de direção do procedimento é conferida a membro do órgão ou a agente dele dependente (44º a 46º e nº 4 do art.º 55º do novo CPA), proponho: Ao abrigo e em conformidade com as citadas disposições legais que a Câmara Municipal delegue no seu Presidente, com possibilidade de subdelegação, o poder de direção do procedimento, sem prejuízo e salvaguarda das normas aplicáveis do regime específico do C.C.P., no âmbito da referida autorização de despesa (ou seja, acima do valor da minha competência própria e até ao referido limite), com locação e aquisição de bens e serviços, bem como empreitadas de obras públicas, com efeitos à data da entrada em vigor do novo Código do Procedimento Administrativo, ratificando e convalidando os atos entretanto praticados, ao abrigo do art.º 164º do mesmo.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O CENTRO SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVO DE CARREGOSA (I/30660/2015):** *Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que o Centro Social Cultural e Recreativo de Carregosa, é uma instituição que pretende potenciar o desenvolvimento cultural e recreativo na população da sua freguesia e do concelho, desenvolvendo parcerias estratégicas nos domínios da educação, formação, juventude e desporto; - Os projetos apresentados ao IEFP,*

por aquela entidade, no âmbito da Medida Estágio/Emprego; - O pedido de colaboração apresentado pela referida entidade (E/11537/2015), proponho: A aprovação da minuta do protocolo de colaboração a celebrar com o Centro Social Cultural e Recreativo de Carregosa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, tendo em vista a colaboração institucional de acordo com os projetos apresentados por aquela instituição, no âmbito da Medida Estágio/Emprego.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ATLÉTICO CLUBE DE CUCUJÃES – EMISSÃO DE PARECER – DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA (I/30347/2015):** Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O solicitado pelo Atlético Clube de Cucujães, para dar início ao processo de declaração de utilidade pública, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - A preocupação do Município em incentivar o associativismo e a necessidade de dotar as coletividades de alguns meios para valorização e expansão da sua atividade; - Que o Atlético Clube de Cucujães, fundada em 1922, tem como única modalidade desportiva a prática de futebol, principalmente numa vertente competitiva, participando em provas organizadas pela Associação de Futebol de Aveiro e Federação Portuguesa de Futebol. Atualmente participa com 13 equipas nos diferentes escalões da Associação de Futebol de Aveiro, assim como uma equipa no escalão de veteranos e uma equipa de petizes, totalizando 15 equipas envolvendo 250 praticantes com idades compreendidas entre os 4 e os 60 anos; - O Atlético Clube de Cucujães participa regularmente em várias atividades organizadas pelo próprio clube ou por outras entidades nomeadamente Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Cucujães; - Que a entidade requerente se enquadra nas categorias de pessoas coletivas suscetíveis de declaração de utilidade pública, já que ao longo destes quase 93 anos de existência, o Atlético Clube de Cucujães tem sido responsável pelo aumento sustentável da prática regular de exercício físico junto da população da Vila de Cucujães, sendo claramente a coletividade da vila com maior número de atletas federados; - Trata-se de uma coletividade com importância relevante no contexto Nacional, sendo também um dos clubes mais antigos e ativos no contexto concelhio e regional; Assim proponho: - A emissão de parecer favorável nos termos do nº2 do art.º 5º da Lei nº 460/77, de 7 de Novembro, na redação dada pelo D.L. 391/2007, de 13 de Dezembro, ao solicitado pelo Atlético Clube de Cucujães, face ao preenchimento dos requisitos e condições necessárias.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **DESAFIO D’ARTE – ASSOCIAÇÃO CENOGRÁFICA DO PINHEIRO DA BEMPOSTA – CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS (I/21960/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de cedência do Cineteatro Caracas com isenção do pagamento de taxa de locação apresentado por

Desafio D'Arte-Associação Cenográfica do Pinheiro da Bemposta, com vista à realização espetáculo de Dança, no dia 13/06/2015 pelas 21,00h para angariação de fundos para as turmas da associação, que indica que os fins artísticos, educacionais e de lazer são de interesse público; - Pelo n.º2 do art.º 6º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas, o mesmo: "Pode ser utilizado para a realização de outras atividades propostas por entidades externas, mediante autorização nos termos do presente regulamento"; - Nos termos do n.º2 do art.º 7º do citado Regulamento, com a epígrafe "Cedência do equipamento": "Os requerentes do equipamento poderão ser excepcionalmente dispensados do pagamento da taxa de locação, por deliberação do Órgão Câmara Municipal, se ponderados motivos de interesse público que a justifiquem, mantendo-se, no entanto, a obrigatoriedade da observância deste regulamento. Neste caso será cobrada a taxa mínima de utilização prevista; - Que constituem atribuições das Autarquias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações; - Compete à Câmara Municipal apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões; - O disposto na alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, proponho: A autorização da Cedência do Cineteatro Caracas, com isenção do pagamento de taxa de locação ao Desafio D'Arte- Associação Cenográfica do Pinheiro da Bemposta, ao abrigo designadamente do disposto no n.º2 do art.º 6º e n.º2 do art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas conjugado com a alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, nos termos e para os fins solicitados, mantendo-se as demais obrigações decorrentes da aplicação do Regulamento, sendo apenas cobrada a taxa mínima de utilização prevista." Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS - CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS (I/27141/2015): *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: "Considerando: - O pedido de cedência do Cineteatro Caracas com isenção do pagamento de taxa de locação apresentado pela Santa Casa de Misericórdia de Oliveira de Azeméis, com vista à realização de espetáculo de Dança, Teatro e Música, dia 27/06/2015 das 9h30m às 19,00h que indica que os fins artísticos, educacionais e de lazer são de interesse público; - Pelo n.º2 do art.º 6º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas, o mesmo: "Pode ser utilizado para a realização de outras atividades propostas por entidades externas, mediante autorização nos termos do presente regulamento"; - Nos termos do n.º2 do art.º 7º do citado Regulamento, com a epígrafe "Cedência do equipamento": "Os requerentes do equipamento poderão ser excepcionalmente dispensados do pagamento da taxa de locação, por deliberação do Órgão Câmara Municipal, se ponderados motivos de interesse público que a justifiquem, mantendo-se, no entanto, a obrigatoriedade da observância deste regulamento. Neste caso será cobrada a taxa mínima de utilização prevista; - Que constituem atribuições das Autarquias a promoção e salvaguarda dos*

interesses próprios das respectivas populações; - Compete à Câmara Municipal apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões; - O disposto na alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, proponho: A autorização da Cedência do Cineteatro Caracas, com isenção do pagamento de taxa de locação à Santa Casa de Misericórdia de Oliveira de Azeméis, ao abrigo designadamente do disposto no n.º2 do art.º 6º e n.º2 do art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas conjugado com a alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, nos termos e para os fins solicitados, mantendo-se as demais obrigações decorrentes da aplicação do Regulamento, sendo apenas cobrada a taxa mínima de utilização prevista.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FERREIRA DE CASTRO - CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS (I/27141/2015): *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de cedência do Cineteatro Caracas com isenção do pagamento de taxa de locação apresentado pelo Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro, com vista à realização de espetáculo de Dança e Música, "Prémios Ferreirinha", dia 30/05/2015 pelas 21,h30m, que indica que os fins artísticos, educacionais e de lazer são de interesse público; - Pelo n.º2 do art.º 6º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas, o mesmo: “Pode ser utilizado para a realização de outras atividades propostas por entidades externas, mediante autorização nos termos do presente regulamento”; - Nos termos do n.º2 do art.º 7º do citado Regulamento, com a epígrafe “Cedência do equipamento”: “Os requerentes do equipamento poderão ser excecionalmente dispensados do pagamento da taxa de locação, por deliberação do Órgão Câmara Municipal, se ponderados motivos de interesse público que a justifiquem, mantendo-se, no entanto, a obrigatoriedade da observância deste regulamento. Neste caso será cobrada a taxa mínima de utilização prevista; - Que constituem atribuições das Autarquias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações; - Compete à Câmara Municipal apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões; - O disposto na alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, proponho: A autorização da Cedência do Cineteatro Caracas, com isenção do pagamento de taxa de locação ao Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro, ao abrigo designadamente do disposto no n.º2 do art.º 6º e n.º2 do art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas conjugado com a alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, nos termos e para os fins solicitados, mantendo-se as demais obrigações decorrentes da aplicação do Regulamento, sendo apenas cobrada a taxa mínima de utilização prevista.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS - CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS COM ISENÇÃO DE TAXAS (I/30167/2015)**: Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de cedência do Cineteatro Caracas com isenção do pagamento de taxa de locação apresentado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, com vista à realização de espetáculo de Música, dia 04/07/2015 às 21,00h, que indica que os fins artísticos, educacionais e de lazer são de interesse público; - Pelo n.º2 do art.º 6º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas, o mesmo: “Pode ser utilizado para a realização de outras atividades propostas por entidades externas, mediante autorização nos termos do presente regulamento”; - Nos termos do n.º2 do art.º 7º do citado Regulamento, com a epígrafe “Cedência do equipamento”: “Os requerentes do equipamento poderão ser excepcionalmente dispensados do pagamento da taxa de locação, por deliberação do Órgão Câmara Municipal, se ponderados motivos de interesse público que a justifiquem, mantendo-se, no entanto, a obrigatoriedade da observância deste regulamento. Neste caso será cobrada a taxa mínima de utilização prevista; - Que constituem atribuições das Autarquias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações; - Compete à Câmara Municipal apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões; - O disposto na alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, proponho: A autorização da Cedência do Cineteatro Caracas, com isenção do pagamento de taxa de locação à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, ao abrigo designadamente do disposto no n.º2 do art.º 6º e n.º2 do art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas conjugado com a alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, nos termos e para os fins solicitados, mantendo-se as demais obrigações decorrentes da aplicação do Regulamento.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a isenção total de taxas a esta associação. =====

===== **CONCURSO “DOCUMENTOS E CONDIMENTOS” – NORMAS DE PARTICIPAÇÃO (I/30352/2015)**: Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que o Arquivo Municipal quer juntar-se às comemorações do Dia Internacional dos Arquivos, que se assinala no dia 9 de Junho; - A importância da dinamização e modernização da relação entre o Serviço Educativo do Arquivo Municipal e as escolas do concelho; - A necessidade de chamarmos a atenção da comunidade escolar para a importância dos Arquivos; - A possibilidade de darmos a conhecer o Arquivo Municipal e as suas funções; - A oportunidade de proporcionarmos uma aprendizagem fora do contexto sala de aula, proponho: - A aprovação das normas do concurso “Documentos e Condimentos”, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - A publicação no Boletim

Municipal (art.º 118, n.º 1 do C.P.A.)” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO** =====

===== **ALARGAMENTO EXCECIONAL DIÁRIO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO “VIAGENS ABREU S.A.” (I/30134/2015):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - De acordo com o artigo 13.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, a Câmara Municipal poderá alargar os limites fixados no Regulamento referido; - Não obstante, dada a urgência na tomada de decisão para o solicitado pela firma e em virtude da impossibilidade de reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, relativamente ao pedido de alargamento diário excecional do horário de funcionamento, para os dias 11 e 12/04/2012, foi deferido, por meu despacho, de 08/04/2015, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o alargamento solicitado para o estabelecimento mencionado em assunto. Pelo exposto, ao abrigo do n.º 3 do art.º 35 do anexo I da citada Lei, submeta-se o despacho referido para ratificação ao órgão executivo, do ato praticado na respetiva data.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PATRIMÓNIO** =====

===== **INCORPORAÇÃO DE BENS EM BENEFÍCIO DO INVENTÁRIO MUNICIPAL (I/29386/2015):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Doação: Associação de Pais da EB1/JI de Oliveira de Azeméis nº1, solicita a inclusão dos bens abaixo identificados no Inventário Municipal: 3 - Aspiradores TCP 2120 PETS; 1 - Máquina café KP1006P0; 1 - Antena TDT Exterior; 1 - Máquina café Nescafé Combipack; 2 - Aquecedores óleo Orima ORST-200; 1 - Vídeo Projetor LG BE320; 1 - Tela Suspensão 180x180 c/moldura, propõe-se: Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea J), do nº1 do Artº33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a aprovação dos referidos bens, a título de doação, em benefício do Inventário Municipal.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. O Vereador Eng.º Joaquim Jorge não participou na votação deste ponto, por se considerar impedido. =====

===== **GESTÃO URBANÍSTICA** =====

===== **ELABORAÇÃO DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO (URBANISMO) (I/29703/2015)**: Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “A necessidade de sistematização, compilação e atualização dos regulamentos municipais com incidência direta no urbanismo tem sido uma prioridade desde 2011, com início do levantamento dos regulamentos existentes. Desde essa data que temos em curso a proposta de elaboração do Código Regulamentar do Município (sendo que numa primeira fase focado apenas no Urbanismo), objetivo que ficou plasmado nas cartas gerais de objetivos desde 2012. O trabalho desenvolvido tem deparado com várias dificuldades, sendo a mais significativa a constante alteração legislativa nas mais variadas matérias que compõem a proposta do código. Neste momento, este projeto de simplificação e coerência regulamentar municipal, que colige oito atuais regulamentos, e proposta de três regulamentos novos, carece de revisão das taxas conexas a todas as matérias, e respetiva fundamentação económico-financeira. Considerando a entrada em vigor da nova redação do Código de Procedimento Administrativo, a 7 de abril de 2015, todo o trabalho já desenvolvido - e que consistiu no levantamento dos regulamentos existentes, na análise e atualização das normas regulamentares aplicáveis em função da alteração dos diversos regimes legais, bem como, na estruturação do Código Regulamentar -, terá de ser reconduzido ao novo procedimento aí revisto, pelo que proponho deliberação de decisão sobre recondução da elaboração do Código Regulamentar do Município (Urbanismo) ao novo procedimento administrativo, a qual terá de fazer menção a: a) Necessidade e oportunidade da elaboração do documento, e a este respeito refira-se a necessidade de reunir de forma sistemática, articulada e coerente todas as normas regulamentares aplicáveis às diferentes operações urbanísticas e operações conexas, bem como à gestão do espaço público e valorização da paisagem urbana, para além da atualização e densificação de normas decorrentes das recentes alterações legislativas ao quadro legal aplicável nas várias matérias que compõem este Código. Como exemplo saliente-se apenas a necessidade de uma abordagem integrada do conceito de reabilitação urbana, incidindo na gestão e requalificação do espaço público e paisagem urbana através da coesão dos regulamentos de ocupação e gestão do espaço público, gestão dos espaços verdes, legalização dos edifícios, atribuição de benefícios fiscais, etc.. Sem prejuízo da especificidade de cada uma das matérias abordadas, a sistematização das diversas normas no Código Regulamentar possibilita maior facilidade de leitura e acesso por parte dos agentes, fomentando também neles uma perspetiva de homogeneidade e de conjunto. A revisão do quadro legal aplicável impõe-nos ainda a tradução para os regulamentos municipais do novo paradigma de relacionamento com os particulares interessados, assente nas recentes transformações legislativas promotoras de procedimentos mais eficientes, económicos e céleres, nos termos dos princípios constantes na nova redação do CPA, que se traduzem, por exemplo, no recurso privilegiado aos meios eletrónicos, na redução de custos de contexto e simplificação administrativa. b) Determinação do gestor do procedimento, sugerindo-se a chefe da EMPGUA. c) Determinação da data de apresentação do projeto do código: 15 de junho de 2015. d) Determinação das condições para

audiência dos interessados: i. Podem constituir-se como interessados entidades representativas de interesses económicos, empresariais, culturais, ambientais a ponderar, desde que num prazo de 15 dias úteis a contar da data da publicitação na internet no sítio institucional da câmara municipal, manifestem o interesse em serem interessados no procedimento, podendo desde já fazer chegar sugestões e informações acerca do objeto deste código; ii. A manifestação de interesse deve ser formalizada por escrito, entregue nos Paços do Concelho ou endereçada para o email geral@cm-oaz.pt. e) Publicitação da deliberação, a qual deverá ser na página oficial da câmara municipal na internet e no boletim municipal.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA DE “CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO VIDRO - 2.ª FASE” – NOMEACÃO DO DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO DA OBRA E DO COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA (I/30428/2015):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Nos termos e para os efeitos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho a ratificação do meu despacho, datado de 10-04-2015, exarado no documento com a referência nº I/29772/2015, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, relativo à nomeação do técnico superior Eng.º Joaquim Lopes Batista Pedreiras como diretor de fiscalização da obra "Centro de Interpretação do Vidro - 2ª Fase" - Processo nº 005/2014/DEC, e do técnico superior Eng.º Manuel Mário de Pinho e Silva como coordenador de segurança em obra.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADA DE “CENTRO ESCOLAR DE UL” – AUTO N.º 13 TC (I/30591/2015):** Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “Pascoal & Veneza, Lda.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º 13 no valor de €56.685,57 (cinquenta e seis mil seiscentos e oitenta e cinco euros e cinquenta e sete cêntimos), ao qual acresce o IVA. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo, autorizando assim o seu pagamento. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PI/9141/2009 – EVANGELINA SOARES DA SILVA UNIPessoal, LDA. – PEDIDO DE ISENÇÃO POR SEIS MESES DO PAGAMENTO DE TAXA DEVIDA PELA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM QUIOSQUE (I/30459/2015):** Retirado para melhor análise. =====

===== CONTRATAÇÃO PÚBLICA =====

===== PARECER PRÉVIO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA EM DIVERSOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS (I/30684/2015): Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que nos termos do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que nos termos da solicitação apresentada na RQI n.º 580, torna-se necessário proceder à contratação de serviços para higiene e limpeza em diversos edifícios municipais, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida pelo previsto no n.º 14, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), onde é referido que se encontram excecionados do Pedido de Parecer Prévio previsto no n.º 5 do mesmo artigo, a celebração de contratos de prestação de serviços até ao montante de € 5.000,00. - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - A circular da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) – CIR. Nº 92/2014-PB de 24 de julho, que divulga a Nota Nº 5/JP/2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública, bem como o despacho nº 2556/2014- SEAP de 10/07/2014, proferido sobre a mesma pelo Senhor Secretário Estado da Administração Pública, que corrobora a não aplicabilidade da consulta à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) para a administração autárquica, bem como a solução interpretativa uniforme da DGAL, no mesmo sentido, homologada pelo Senhor Secretário da Administração Local, a 15 julho de 2014; - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de EUR 135.408,00 (cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e oito euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. - Que por ser um procedimento com o mesmo objeto de contrato vigente em 2014, está sujeito à aplicação de redução remuneratória no valor de 8%, nos termos do estatuído no n.º 2º e 4º, da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), passando o preço base do procedimento apresentado (EUR 135.408,00) a ser de EUR 124.575,36 (cento e vinte e quatro mil, quinhentos e setenta e cinco euros e trinta e seis cêntimos). Aos valores mencionados acresce IVA à taxa legal em vigor; Assim, o valor global do procedimento é de EUR 124.575,36 (cento e vinte e quatro mil, quinhentos e setenta e cinco euros e trinta e seis cêntimos), prevendo-se que a verba seja distribuída do seguinte modo: para o ano de 2015 prevê-se uma verba de EUR 36.334,48 (trinta e seis mil, trezentos e trinta e quatro euros e quarenta e oito cêntimos), para o ano de 2016 prevê-se uma verba de EUR 62.287,68 (sessenta e dois mil, duzentos e oitenta e sete euros e sessenta e oito cêntimos) e para o ano de 2017 prevê-se uma verba de EUR 25.953,20 (vinte e cinco mil, novecentos e cinquenta e três euros e vinte cêntimos). Aos valores mencionados acresce IVA à taxa legal em vigor; - O valor referente ao ano 2015 encontra-se cabimentado na

rubrica 020202, pela Proposta de Cabimento n.º 619, possuindo o Registo de Enquadramento Financeiro n.º 1020; - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público sem publicidade internacional. Submete-se ao Órgão Executivo o presente pedido de parecer prévio para que o mesmo obtenha deliberação favorável para abertura de procedimento de aquisição de serviços de “higiene e limpeza em diversos edifícios municipais”. Por tratar-se de um compromisso plurianual, propõe-se ainda que Órgão Executivo nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e posteriores alterações, submeta à autorização do Órgão Deliberativo o referido compromisso plurianual de acordo com os valores acima indicados.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, remetendo-a à Assembleia Municipal para a competente aprovação. =====

*===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. =====*

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

*===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 17h e 30m, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,
, na qualidade de secretária a redigi. =====*